

GULBENKIAN STUDIES

A Participação Política da Juventude em Portugal

Relatório Síntese

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM

A Participação Política da Juventude em Portugal

Relatório Síntese

Patrício Costa
Pedro Magalhães
Edna Costa
Isabel Menezes
Patrícia Silva
Pedro Ferreira

Sumário executivo

Este relatório propõe algumas pistas de reflexão em torno do estudo realizado sobre A Participação Política da Juventude em Portugal para a Fundação Calouste Gulbenkian, apoiado em cinco componentes fundamentais:

1. Os dados secundários do *European Social Survey* de 2002 a 2019;
2. Um inquérito original da população portuguesa com 15 ou mais anos;
3. Entrevistas a membros de organizações juvenis, de cariz partidário e cívico;
4. Etnografia *online* de coletivos ativistas de diferentes partes do país, focados em diferentes causas e com distintos posicionamentos políticos;
5. Grupos focais realizados com jovens ativistas com um vasto leque de orientações e causas: nacionalismo, antifascismo, ambiente e alterações climáticas, igualdade de género, temas LGBTQ+ e estudantis.

Essas pistas de discussão organizam-se em torno de seis questões que são debatidas ao longo do relatório. Neste sumário executivo, alinham-se os principais factos e tendências detetadas nas várias componentes do estudo que servem de ponto de partida para a discussão.

1. A ideia frequentemente veiculada de que se assiste a um **declínio generalizado da participação política da juventude em Portugal não é apoiada** pelos dados disponíveis.
 - É certo que há formas de participação, nomeadamente as mais “convencionais”, orientadas para o sistema partidário (o voto, comícios de partidos, participação noutras atividades partidárias), em que os jovens participam, sistematicamente, menos que os mais velhos. Mas o mesmo não sucede com outras formas de participação política, como veremos de seguida.
 - Se é verdade que a participação eleitoral dos jovens vem diminuindo, sendo hoje bastante inferior à das mesmas coortes na generalidade das democracias consolidadas da Europa Ocidental, não foi sequer entre os mais jovens que essa participação mais se reduziu em Portugal nos últimos anos.
 - E sendo certo que há várias formas de participação que envolveram menos os jovens portugueses que os seus congéneres europeus, isso raramente constitui uma característica específica da juventude portuguesa, mas sim da população em geral.
2. Mas há mais: uma perspetiva longitudinal sugere que **algumas formas de participação política não-eleitoral dos portugueses em geral — e da juventude em particular — vem aumentando ao longo do tempo,**

especialmente na última década, diminuindo ou mesmo neutralizando as diferenças em relação à média europeia. Mais concretamente, no que diz respeito ao que se poderia chamar a “participação cívica” — dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política, comprar ou boicotar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente ou assinar petições —, há sinais de que **os jovens têm mesmo sido os protagonistas mais destacados desse aumento da mobilização social e política não-eleitoral.**

3. O domínio em que os **jovens têm um protagonismo especialmente destacado e distintivo no que toca à participação política é aquele a que chamamos simplesmente “participação online”** — participar num fórum ou grupo de discussão na internet e publicar, comentar ou partilhar conteúdos de natureza política e social nas redes sociais. Mesmo controlando o efeito de variáveis como o rendimento, a escolaridade e outras, é entre os mais jovens — 15-24 anos — que se recorre mais frequentemente a estas formas de participação política.
4. Em comparação com os seus concidadãos mais velhos, **os mais jovens exibem também maiores níveis de “autoeficácia política” e “eficácia política externa”**. Com isto quer-se dizer que as perceções individuais de que i) se é capaz de influenciar os processos políticos e ii) que o sistema político está disponível para ouvir as opiniões e exigências dos cidadãos são mais prevaletentes entre os mais jovens (15-24) do que entre os restantes grupos etários. Em contraste, **não parece haver relação entre a idade dos inquiridos e a partilha de atitudes populistas**, definidas como aquelas que concebem a sociedade dividida entre dois grupos homogéneos e antagonistas, as “elites corruptas” e o “povo virtuoso.”
5. Os comparativamente baixos níveis de participação política “convencional” da juventude têm o seu reflexo nas representações prevaletentes mesmo entre a ínfima minoria dos que têm militância partidária. Entre estes, é frequente a perceção de que os **próprios partidos têm estratégias de comunicação e mobilização inadequadas** para os mais jovens e de que têm uma **visão predominantemente instrumental** das estruturas juvenis. A incapacidade em atribuir lugares de destaque aos mais jovens nas estruturas internas é vista como sinal da indisponibilidade para incluir as visões da juventude, e a atribuição de lugares elegíveis para cargos é vista como dependendo de mecanismos pouco institucionalizados.
6. Dito isto, não há diferenças muito significativas entre os temas ligados à juventude que os partidos valorizam nos seus programas políticos e os temas a que os membros das juventudes partidárias dão maior importância: a educação e a formação e o emprego. Já as associações cívicas distinguem-se por uma ênfase maior nos temas da cidadania e da igualdade.
7. Em contraste com a militância partidária, a participação cívica, canalizada através do associativismo, é vista como sendo uma forma mais direta e imediata

de obter resultados, de maior proximidade social e territorial e que dá maior voz aos participantes, e menos hierárquica, pese embora o carácter mais efémero das suas atividades. Apesar de apontarem a conveniência de uma complementaridade entre as arenas partidária e associativa, os jovens envolvidos em estruturas associativas apontam riscos nessa colaboração, seja por razões reputacionais (“a má imagem dos partidos”), seja porque essa relação pode limitar a liberdade de ação das associações.

8. A análise da ação e das perceções dos membros de coletivos ativistas juvenis, orientados para causas específicas (climáticas, nacionalistas, antifascistas, LGBTQ+/feministas) e focados em formas de participação não-convencionais e expressivas, revela algumas características comuns que transcendem as diferenças — e, em alguns casos, a oposição — entre as suas ideias e causas: a construção de uma ameaça em relação a um futuro comum e o sentimento de urgência na ação, uma urgência que o “sistema” é visto como negando ou mesmo ocultando; a ênfase numa dimensão “performativa”, de ação mais do que palavras; e a construção de uma identificação emocional, que mobiliza para a luta nos espaços públicos, *online* e *offline*, sem negligenciar nem um, nem o outro.
9. Tal como sucede no associativismo cívico, os participantes nestas formas emergentes de ativismo juvenil não negligenciam completamente a importância da esfera “convencional”, encontrando sentido e impacto na participação eleitoral, até como baluarte de preservação da democracia. Contudo, o voto tende a não ser a experiência participativa mais marcante ou desafiadora nos percursos individuais. É visto como excessivamente “institucionalizado” e limitado na sua influência: “a política não está no Parlamento” e “a democracia não pode nem deve acabar nas urnas”.

Introdução

O estudo cujos principais resultados e resultantes reflexões se apresentam neste relatório-síntese foi promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian em colaboração com as universidades de Aveiro, Lisboa, Minho e Porto. Este estudo tem como principal objetivo explorar a participação política da juventude em Portugal. Especificamente, procura analisar a evolução da participação política de jovens de forma comparativa ao longo das últimas décadas; desenhar um retrato fino das atuais (2020) atitudes e comportamentos políticos dos jovens; estudar a relação dos jovens com os partidos políticos e as estruturas associativas; e, finalmente, estudar formas emergentes de ativismo juvenil. Para este efeito, este estudo utilizou dados primários e secundários obtidos a partir de:

1. *European Social Survey* de 2002 a 2019;
2. Um inquérito original da população portuguesa com 15 ou mais anos, com sobreamostragem de jovens (15-24) e de “jovens adultos” (25-34), realizado no último trimestre de 2020;
3. Entrevistas a membros de organizações juvenis, de cariz partidário e cívico;
4. Etnografia *online* de coletivos ativistas de diferentes partes do país, focados em diferentes causas e com distintos posicionamentos políticos;
5. Grupos focais realizados com jovens ativistas com um vasto leque de orientações e causas: nacionalismo, antifascismo, ambiente e alterações climáticas, igualdade de género, temas LGBTQ+ e estudantis.

Este relatório propõe algumas pistas de reflexão em torno do estudo, organizadas em torno de seis questões centrais deste estudo. As respostas refletem as perspetivas que emergiram das diferentes abordagens metodológicas utilizadas.

1.^a Questão:

Será possível falar-se de um declínio generalizado da participação política de jovens em Portugal? Ou haverá fases ou períodos com evoluções diferentes? Se sim, em que fase estamos?

A resposta a esta questão requer, antes de mais, uma reflexão sobre a existência de diferentes modalidades de participação política. A participação é hoje um fenómeno simultaneamente mais “líquido” e mais “alargado” nas suas modalidades. Apesar de se verificar uma intercorrelação positiva no recurso a essas modalidades — quem usa mais umas tende também mais a usar as outras —, essa relação é de intensidade moderada ou fraca. Isto é, apesar de uma maior participação numa determinada modalidade estar, tendencialmente, associada a uma maior participação noutra modalidade, essa relação não é particularmente forte. Numa análise comparativa dos resultados obtidos

no inquérito de 2020 com os de um estudo anterior desenvolvido em 2007, vemos nos mais jovens (15-24 anos) um aumento da participação na **dimensão cívica**, que engloba comportamentos como dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política, comprar ou boicotar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente e assinar uma petição. Quanto à dimensão da participação **convencional coletiva**, verifica-se, pelo contrário, um declínio ou estagnação relativamente ao inquérito de 2007, com uma diminuição na participação em comícios de um partido ou de um candidato.

Estes dados são, em parte, corroborados pelo *European Social Survey*, que não demonstra sinais de declínio da participação de jovens na assinatura de petições, na participação em manifestações (partidárias ou não), no contacto com políticos, no trabalho que realizam para partidos e associações cívicas ou no boicote a produtos por razões políticas. Pelo contrário: em várias formas de participação, regista-se uma tendência para um aumento, particularmente na segunda década deste século, em linha com um aumento geral entre a população. E, num caso concreto — a assinatura de petições —, esse aumento foi particularmente forte entre os mais jovens. Dito isto, há de facto uma importante forma de participação política de que os mais jovens (18-34 anos) se encontram comparativamente alheados, seja em comparação com os seus concidadãos mais velhos, seja na comparação internacional: o voto.

Ademais, especificamente para o inquérito de 2020, cujo trabalho de campo decorreu no último trimestre do ano, o facto de ter havido eleições legislativas em 2019 (6 de outubro) poderia ter gerado um aumento em algumas formas de participação no último ano. No entanto, estes dados foram recolhidos durante a pandemia, o que poderá estar associado a níveis mais elevados de constrangimento, devido ao facto de a realização destes eventos ter sido bastante mais limitada.

Em suma, por um lado parece haver aquilo a que já se chamou uma “revolução participativa”: a vitalidade e a visibilidade de uma multiplicidade de coletivos (grupos ativistas com diversos graus de formalização), mas também de formas mais pontuais e individualizadas de participação (potenciadas pela *internet*), com uma mobilização clara de jovens relativamente a certos temas (ambientais, feministas, antirracistas) – muito marcados pela agenda mediática e, por vezes, mais pontuais que sustentados. Por outro lado, há um envolvimento baixo em atividades mais formais (dando o voto o sinal mais preocupante). Importa reconhecer que muitos jovens não participam politicamente e que essa passividade é atribuível a variáveis clássicas (género, classe social, geografia), incluindo a educação e a dificuldade em decifrar a complexidade da linguagem política. Noutros casos, a natureza das próprias organizações pode adequar-se menos às condições atuais (como é o caso dos sindicatos face à crescente precariedade das relações laborais); noutros ainda, parece haver um maior interesse pela participação em estruturas menos hierarquizadas, com um exercício de poder mais horizontal e mais focadas em causas específicas (como é o caso dos coletivos ativistas em comparação com os partidos políticos).

Finalmente, há fenómenos de natureza mais conjuntural: ao passo que o período da crise de 2011 e os anos seguintes foram claramente de estímulo à participação, com legados ainda hoje visíveis, a pandemia implicou um retrocesso, pelo menos na rua.

2.^a Questão:

Existirá uma síndrome geral de passividade política de jovens em Portugal? Um baixo envolvimento político generalizado, refletido também em atitudes de desilusão ou desafeição em relação à política? Ou um envolvimento seletivo e “especializado” em formas particulares de viver o fenómeno político?

Neste estudo, é evidenciada a importância da adoção de uma definição abrangente de participação política que reconheça um conjunto de atos participatórios para além dos convencionais. De facto, a política e a participação política são caracterizadas pela maioria de jovens entrevistados como fenómenos multidimensionais nos quais sobressaem dois elementos: a pertença a uma comunidade e a intervenção tendo em vista o progresso e o bem comum.

Os resultados do inquérito de 2020 mostram que as/os jovens apresentam, atualmente, um maior interesse pela política e que procuram, com maior frequência, informações sobre política, particularmente através das redes sociais. Nas entrevistas conduzidas, fazem uma distinção entre a questão do interesse pela política e o envolvimento na política. A ideia prevalecente é a de que a/os jovens se interessam pelas questões políticas (em sentido amplo), mas não se reveem nos fóruns políticos convencionais. Mais, mesmo admitindo que existe uma parte da juventude passiva e desinteressada, este fenómeno é atribuído à desilusão com os atores políticos (a descrédibilização da classe política é mencionada reiteradamente) e à sua incapacidade de motivar e mobilizar as gerações mais novas. Os resultados do inquérito de 2020 confirmam estas perceções, pois, por comparação com os restantes grupos etários, constata-se uma maior participação de jovens nas modalidades não-convencionais de participação política (**cívica e online**), adotando de forma menos regular comportamentos de participação política **convencional coletiva** como, por exemplo, participar num comício de um partido ou de um candidato ou distribuir panfletos com conteúdo político. Tal como sugerido anteriormente, realça-se, ainda, uma menor tendência para uma forma de participação política **convencional** (individual) muito importante: votar em eleições.

Esta baixa participação “convencional” de jovens portugueses é justificada nas entrevistas por uma forte desconexão entre o interesse e a vontade de participação política dos mais jovens e as oportunidades oferecidas pelos canais de participação convencionais, particularmente os partidos políticos. Ou seja, a haver “alienação”, ela ocorre em relação à “maquinaria democrática” e não face aos princípios democráticos, contrariando o argumento da despolitização ou da apatia da juventude. Os baixos níveis de confiança nos atores políticos refletem-se nas fortes preocupações com a fraca gestão pública, bem como com a perceção de corrupção na arena política tradicional.

Tanto esta desconexão como a existência de uma cultura de passividade política, ainda porventura influenciada pela ditadura, ajudam a explicar alguma “passividade”, mas a crise de 2011 (e anos seguintes) veio influenciar positivamente o processo de envolvimento cívico e político, com grandes movimentações políticas *fora* dos esquemas habituais de mobilização – podemos, até, afirmar que isso criou um “gosto pela rua” que parece persistir até hoje e que é especialmente evidente nos discursos de ativistas.

Ainda assim, tal como sucede com a população adulta, os/as jovens que participam são uma minoria; de acordo com os dados do *European Social Survey*, os baixos níveis de participação não são apenas característicos dos/das jovens portugueses. Nas formas não-convencionais de participação, sendo certo que as/os jovens portuguesas/portugueses participam menos que a média europeia, o mesmo sucede com os seus concidadãos mais velhos. Para a maioria de jovens, haverá certamente as/os que estão na expectativa e que são mobilizáveis a qualquer momento, mas também uma faixa de jovens que não se interessam e mantêm uma longa distância em relação ao poder.

De uma perspetiva comparativa, salientam-se várias formas de participação política em que os/as jovens portugueses, em relação à média europeia, se destacam por terem ainda baixos níveis de participação: isso sucede no voto, mas também nas formas ditas não-convencionais de participação. Contudo, há formas de participação política cuja tendência de aumento na última década mitigou significativamente a ideia dos jovens portugueses como sendo “passivos”, de um ponto de vista comparativo. Isso sucedeu nas petições e até no contacto com políticos ou na participação em manifestações.

Nos grupos focais com coletivos ativistas, os/as participantes dão uma resposta dual a esta questão. Por um lado, percebem a participação de jovens em geral como sendo menor do que o desejado, mas veem-na como estando a aumentar, vendo os/as jovens como cada vez mais informados e envolvidos cívica e politicamente, de modo especial em algumas causas, como a ambiental ou a feminista. Por outro, partilham a visão de que as opiniões e a participação de jovens são desvalorizadas quer pela sociedade em geral, quer pelos partidos políticos. Este afastamento relativamente a atores políticos mais institucionais foi especialmente notório nos coletivos ativistas focados em causas e em formas de participação emergentes (por exemplo, grupos ligados ao ativismo climático, antifascista ou nacionalista). Relativamente a estes, identificaram-se narrativas antissistema e de crítica a autoridades e elites (políticas, económicas e financeiras) que responsabilizam e/ou acusam de falta de atenção às suas (diferentes) causas e de descuido relativamente ao futuro coletivo.

A análise dos dados recolhidos junto de coletivos e de jovens ativistas, em especial focados em causas e formas de participação emergentes, permite afirmar que dão importância a estratégias de comunicação que assentam em mensagens e imagens visualmente apelativas, concretas e mobilizadoras, que promovam uma identificação efetiva e afetiva e, assim, contribuam para a ação. A este propósito, pode também acrescentar-se o papel central que a construção de uma ideia de futuro coletivo ameaçado, assim como outras dimensões emocionais, ligadas à experiência e às relações, têm nos modos de fazer e viver a política que adotam.

3.^a Questão:

Que imagem emerge quando expandimos a nossa análise a novas formas de participação, tal como as proporcionadas pela participação *online*? E até que ponto haverá outras formas de participação não tão óbvias ou convencionalmente “políticas” que servem de canais alternativos para o envolvimento dos jovens?

A modalidade *online* de participação não-convencional é, precisamente, a mais distintiva dos/das jovens. Refere-se, entre outros, a comportamentos como participar num fórum ou grupo de discussão política na *internet* ou publicar, comentar ou partilhar conteúdos sobre questões políticas ou sociais em *websites* ou redes sociais. O afastamento de canais de participação convencionais, nomeadamente do voto, vem sendo também progressivamente compensado por formas não-convencionais de participação como o envolvimento em organizações da sociedade civil. As razões apontadas para esta mudança são de três tipos: ações de natureza mais concreta em torno de causas específicas, mais próximas da vivência quotidiana das/dos jovens e às quais é conferido maior significado; ações de curta duração, não exigindo um compromisso de continuidade; percepção de valorização do contributo dos/das mais jovens enquanto elementos catalisadores de mudança.

Não obstante uma maior desmobilização em torno dos atores políticos tradicionais, é sublinhada a necessidade de uma ação integrada de partidos políticos e organizações da sociedade civil na resolução dos principais problemas da sociedade atual. Esta visão da sociedade enquanto comunidade agregada é recorrente nas entrevistas, alicerçada no reconhecimento do valor e do papel de cada ator, bem como na combinação de esforços entre as duas arenas – a partidária e a associativa. Um obstáculo a esta sinergia parece ser, mais uma vez, a descredibilização dos partidos e a falta de idoneidade associada a atores políticos tradicionais, que conduz a que frequentemente as organizações associativas evitem esta relação.

As formas de participação não-convencionais são identificadas como muito importantes por ativistas, pela centralidade que a ação e a mobilização parecem ter, mas também pela sua relação com dimensões da experiência vivida através da participação, das emoções e das memórias que suscitam. Nos grupos ativistas onde as formas emergentes de participação têm um papel central, isto aparece pronunciado, tanto ao nível das estratégias de ação direta, como na utilização de narrativas e imagens que visibilizam as pessoas ativistas e as suas experiências e/ou que apelam a formas de identificação e mobilização onde as emoções são relevantes. Estes ativistas fazem uso das redes e dos espaços digitais e valorizam as formas de participação *online*, que veem como centrais na sua ação e que articulam com participação em contextos *offline*. Alguns ativistas identificaram riscos na atividade política *online* e nas redes sociais, nomeadamente no que diz respeito à seleção da informação a que cada um é exposto e ao reforço dos efeitos "bolha", à "americanização" de algumas causas e lutas e, ainda, à eventual superficialidade do compromisso.

Um último tema que surgiu ao longo do estudo, especialmente na análise dos coletivos dedicados a causas e formas de participação emergentes, foi a sua apropriação de formas interseccionais de ação, a busca de articulação com outras causas e de alargamento das mesmas, especialmente no caso do coletivo de ativismo climático, do LGBTQ+ e feminista e antifascista.

4.^a Questão:

Que fatores explicam os diferentes tipos de participação entre os jovens? Há assimetrias explicáveis pelo género, o rendimento, a classe social, o estatuto migrante, divisões urbano/rural ou “outsiders”/“insiders” no mercado de trabalho?

A ausência de participação tende a ser explicada por variáveis como o género, a classe social ou a educação.

Nos dados do *European Social Survey* e do inquérito de 2020, a escolaridade dos participantes destaca-se por ser o único preditor significativo de todas as modalidades de participação política exploradas, incluindo o voto. Níveis de escolaridade mais elevados estão associados a uma maior propensão para a participação. Salienta-se, ainda, o rendimento do agregado familiar, por estar positivamente associado à participação cívica, à participação convencional coletiva e ao voto.

A perceção dos participantes relativamente às suas capacidades pessoais para influenciar processos políticos, definida como autoeficácia política, também se revelou um determinante importante nas diferentes modalidades de participação. Isto é, maior perceção de autoeficácia política está associada a níveis superiores de participação não-convencional (cívica e *online*) e convencional (individual e coletiva), mas não do voto. Destaca-se, ainda, o facto de os mais jovens (15-24 anos) apresentarem maior apetência para a participação *online* e menos para a participação convencional coletiva e para o voto, depois de ajustar a comparação para outras variáveis (sexo, escolaridade, rendimento do agregado familiar, escolaridade dos pais, autopoicionamento ideológico, eficácia política, atitudes populistas, entre outras).

Através dos dados do *European Social Survey*, não se verificam grandes assimetrias ideológicas na participação, se bem que haja uma tendência para que quem se posiciona à direita reporte maior propensão para votar e quem se posiciona à esquerda maior propensão para as restantes formas de participação, especialmente as manifestações.

5.^a Questão:

Que relação existe entre a eficácia política e as atitudes populistas? E serão os jovens mais populistas?

De acordo com Cas Mudde, o populismo pode ser definido como uma atitude face à política, em que a sociedade é dividida em dois grupos distintos e antagónicos: as pessoas comuns e as “elites corruptas”. Associada a esta visão, encontra-se a crença de que o povo deve ter um papel crucial nas decisões políticas e de que os políticos não são capazes de representar adequadamente os seus cidadãos.

No inquérito de 2020, utilizámos os seis indicadores da Escala de Atitudes Populistas desenvolvida por Akkerman e seus colaboradores. Através dos dados deste estudo,

foi possível constatar que a adoção de atitudes populistas é transversal, pelo menos no que concerne a sexo, idade, posicionamento ideológico, mas não relativamente à escolaridade do próprio e dos pais, ao rendimento do agregado e aos níveis de eficácia política (coletiva e externa). De uma forma geral, os participantes que aderem menos a concepções populistas apresentam um rendimento do agregado familiar mais elevado, uma elevada perceção de responsividade do sistema político para dar resposta às exigências dos cidadãos, definida como eficácia política externa, uma maior perceção sobre a capacidade de um grupo influenciar os processos políticos, definida como eficácia política coletiva, e possuem pais com níveis mais elevados de escolaridade.

Numa outra perspetiva, foi possível identificar junto de ativistas, e em especial nos coletivos ligados a causas e formas de participação emergentes, a presença de narrativas antissistema. Como já foi referido, acima, elas estão especialmente orientadas para uma rejeição de figuras e atores políticos institucionais, assim como outras elites que são responsabilizadas pelas ameaças (distintas conforme os coletivos) a um futuro coletivo, e funcionam como estratégias de mobilização para a participação (que, frequentemente, articulam algum conflito). A centralidade, e a valorização das emoções e da experiência pessoal da participação, encontrada em ativistas, também pode contribuir para a preferência por certas formas de participação não-convencionais e de cariz mais expressivo.

As questões do populismo estão também presentes enquanto ameaça percebida, já que vários ativistas e alguns coletivos veem a necessidade de combater o populismo e o modo como põe em causa o futuro coletivo, especialmente o que ligam a extremismos de direita, como justificando a sua ação, e a necessidade de mobilização de jovens.

6.^a Questão:

Até que ponto os partidos políticos se mostram capazes de canalizar as aspirações políticas dos jovens? Até que ponto e como se reformaram de forma a atrair esses jovens?

Nas entrevistas conduzidas, a origem do afastamento dos jovens da política é identificada maioritariamente do lado da oferta e, em particular, ao nível da (falta de) mobilização e motivação dos mais jovens. Por um lado, é apontada a falta de eficácia dos partidos políticos nas suas estratégias de comunicação (que deveria ser mais ancorada nos meios digitais) e na desadequação das suas propostas. Por outro, é considerada muito relevante a desmotivação de eleitores mais novos, potenciada pela falta de conhecimento e formação política.

A representação da população jovem e a ação em seu favor estão intimamente relacionadas com o reconhecimento dos jovens enquanto grupo com características e necessidades específicas que devem ser idealmente refletidas na formulação de políticas e sua implementação. Considerando os partidos atualmente com assento parlamentar, o PAN (Pessoas-Animais-Natureza) surge como aquele que apresenta mais medidas para a juventude, seguido do PSD (Partido Social Democrata) e do PS (Partido Socialista).

Não obstante, é de salientar que apenas um quinto das medidas propostas na categoria Cidadania e Igualdade visam a promoção da participação política das gerações mais novas. Em termos de áreas de intervenção prioritárias, tanto os partidos como os jovens entrevistados privilegiam a Educação, ocupando, porém, o Emprego e, particularmente, a precariedade laboral, um lugar mais destacado nas preocupações dos jovens. De facto, menos de metade dos jovens entrevistados consideram que os partidos representam verdadeiramente os interesses dos jovens, sendo esta perceção negativa mais saliente entre os jovens membros das associações do que entre os jovens das estruturas partidárias.

As estratégias de mobilização dos partidos mais valorizadas, a partir do relato de jovens dessas estruturas, são: i) colocar “*os jovens no centro da agenda política*”; ii) a utilização das redes sociais; iii) a responsabilização e atribuição de poder às juventudes partidárias, para que possam desenvolver as atividades necessárias e apelar a jovens; iv) a atribuição de posições de relevo, tanto considerando cargos eleitos, como posições nas estruturas de direção dos partidos; v) marcar presença nos espaços fundamentais para jovens, como as escolas ou instituições de ensino superior; vi) a aproximação a movimentos inorgânicos, que permita às juventudes partidárias e aos partidos terem uma maior proximidade desses movimentos e poderem incorporar alguns dos seus temas nas suas agendas.

Embora os/as jovens militantes tenham identificado diferentes estratégias utilizadas pelos partidos para mobilizar jovens, apenas um em cada cinco entrevistados considera que os partidos têm sido eficazes nas suas estratégias de mobilização dos jovens. Aliás, na perspetiva dos ativistas, a participação de jovens é desvalorizada, por serem vistos como imaturos e pouco autónomos, quer pela sociedade, quer pelos partidos políticos.

As juventudes partidárias são consideradas relevantes, mas reconhece-se a difícil relação interna com as direções dos partidos, sobretudo devido à subvalorização dos seus jovens, seja no debate de políticas internas, seja na inclusão em lugares relevantes, nomeadamente em posições elegíveis em listas candidatas a eleições.

Apesar de uma boa parte dos/das jovens entrevistados considerar que a autonomia das juventudes partidárias é preservada, também apontam que os partidos se podem socorrer de estratégias que limitam a autonomia destas estruturas. Aqui, são particularmente relevantes a existência de limitações financeiras e, sobretudo, a estratégia do alinhamento das propostas e iniciativas da juventude partidária face às orientações e prioridades dos partidos. As Juventudes Partidárias procuram ter peso nas dinâmicas internas dos partidos e na definição de prioridades políticas. Fazem-no, sobretudo, através de estratégias extrapartidárias, como o recurso à comunicação social, tornando, assim, os temas salientes e obrigando, desta forma, os partidos políticos a mobilizar determinados temas políticos ou a discutir algumas estratégias políticas. Assim, os desafios que são colocados pelas juventudes às estruturas centrais dos partidos são potencialmente reduzidos ou minados, dadas as estratégias que os partidos usam para limitar a sua autonomia. É também por este motivo que a maioria de jovens militantes considera que as estruturas autónomas são “ouvidas”, embora se deixe vincada a perceção de uma escassa participação na definição de estratégias partidárias – incluído as direcionadas especificamente para a mobilização de jovens.

Conclusão

Em síntese, este estudo revela que os rumores sobre a morte da política entre os jovens têm sido francamente exagerados. Este conjunto de estudos, envolvendo jovens em diferentes lugares do sistema político, com diferentes níveis de mobilização e diferentes formas de participação, permite concluir por alguma vitalidade da participação cívica e política de jovens portugueses – mesmo se essa vitalidade também é marcada pela desilusão e pelo afastamento crítico de formas mais convencionais de participação, sendo o voto o seu sinal mais preocupante para a qualidade de uma democracia representativa como é a nossa.

Esta leitura complexa da participação política juvenil só é possível se a investigação acompanhar a discussão sobre a diversidade das formas de participação – social, cívica e política –, reconhecendo que formas institucionais de participação (que optamos aqui por descrever como participação convencional) coexistem com formas emergentes ou não-institucionais (como é o caso de tradicionais formas de participação política, como as manifestações ou formas mais recentes como as que recorrem ao *online*).

Adicionalmente, e de formas diversas, o estudo vem também demonstrar a relevância da educação. Por um lado, porque a educação continua a ser um preditor de grande relevância tanto para a participação, quanto para a resistência ao populismo. Por outro, porque a escola continua a ser reclamada pelos/pelas jovens como o lugar da educação política das novas gerações – sendo reconhecida alguma desvalorização deste papel no ensino obrigatório.

Finalmente, o estudo vem sublinhar a importância da combinação de formas diversas de escuta dos fenómenos políticos – a riqueza dos achados aqui apresentados não é alheia à opção pela combinação de métodos qualitativos e quantitativos de investigação que permitiram aceder a uma visão mais densa e complexa da participação política de jovens portugueses.

